HABITAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO

MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 5ª GESTÃO

Data da Reunião: 19 de maio de 2016 Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 10º andar – Auditório

da Sala 102 - Centro - SP Aos dezenove dias do mês de maio do ano 2016, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 10º andar, auditório da sala 102, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 12ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 5ª Gestão 2014/2016, conforme lista de presença, os Conselheiros (as) do Poder Público: João Sette Whitaker Ferreira (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Mário Wilson Pedreira Reali (Conselheiro Poder Público/ SEHAB); Denise Lopes de Souza (Conselheira Poder Público/ SEHAB): Márcia Maria Fartos Terlizzi (Conselheira Poder Público/SEHAB); Maria Rosa Lazinho (Conselheira Poder Público/SEL): Geraldo Juncal Júnior (Conselheiro Poder Público/ COHAR-SP): Celso Anarecido Sampaio (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Taís Jamra Tsukumo (Conselheira Poder Público/PROCENTRO): Cristiane Genofre Zabatiero (Conselheira Poder Público/SEMDET); Marcos Rodrigues Penido (Conselheiro Poder Público/CDHU) e Antônio Marsura (Conselheiro Poder Público/CEF). Conselheiros (as) dos Movimentos Populares: José de Abraão (Cons. Mov. Populares/ Assoc. Trab. Sem Terra da Zona Oeste); Sidnei A. Euzébio Pita (Conselheiro Mov. Populares/ULC); Benedito R. Barbosa (Conselheiro Mov. Populares/Assoc. Mov. de Moradia R. Sudeste); Maria Barbosa Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. Região Sudeste); Felícia M. Dias (Cons. Mov. Populares/Assoc. Morar e Preservar da Chác. do Conde F. I); Eliete Calisto da Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Edinalva Silva Franco Pereira (Cons. Mov. Populares/ AMMPT): Guiomar Carlos dos Santos (Conselheira Mov. Populares/SAM/MNLM-BR) e Arlindo Rodrigues da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte). Conse-Iheiro (a) da Sociedade Civil: Natasha Mincoff Menegon (Conselheira Soc. Civil/Instituto Pólis) e Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB). Ausentes os (as) Conselheiros (as): João Leopoldo Wernek de Camargo (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Luiz Fernando Macarrão (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Guilherme Fatorelli Del'Arco (Conselheiro Poder Público/SEL); Wagner Germano (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Patrícia Saran (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo): Lilian Cristina de Moraes Calcagno (Conselheira Poder Público/SIURB); Ricardo Rezende Garcia (Cons. Poder Público/SIURB): Fernando José Dias Corrêa (Conselheiro Poder Público/SF): Larissa Carolina de Almeida Marco (Conselheira Poder Público/SF); Alberto Kleinas (Cons. Poder Público/SEMDET); Nuria Pardilhos Vieira (Conselheira Poder Público/PROCENTRO): Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Sec. Habitação de SP); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Cons. Poder Público/Sec. Habitação de SP); Maria Cláudia Pereira de Souza (Conselheira Poder Público/CDHU): Lúcia Helena Silva (Conselheira Poder Público/CEF): José de Jesus F. da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. dos Trab. Sem Terra Zona Oeste); Valdeci Gomes (Conselheiro Mov. Populares/ULC); Rosana do Carmo Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Morar e Preservar Chác. do Conde F1); Jomarina Abreu Pires da Fonseca (Conselheira Mov. Populares/ MSTC): Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Mov. Populares/MSTC); Maria Aparecida Ferreira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema): Manuel Morizzi (Cons. Mov. Pop./ AMMPT); Leandra Gujev de Carvalho (Conselheira Mov. Populares/SAM/MNLM-BR); José Alves Dias (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); João Alexandre da Silva (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); Valmir Vaz Santos (Conselheiro Mov. Pop./Assoc. de Moradores Conj. Res. Paraíso); Edson Urias Tomaz (Cons. Mov. Populares/Assoc. Moradores do Coni. Res. Paraíso): Edson Morais dos Santos (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Trab. Sem Teto da Z. Noroeste); Maria Elena Ferreira da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto Z. Noroeste); Maksuel José Costa (Conselheiro Mov. Populares/ MSTI); Ércio José Rodrigues (Cons. Mov. Pop./Mov. Sem Teto do Ipiranga); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM); Dalva Maria de Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); Alberto Gomes de O. Vieira (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré I): Rosa Maria Beatriz (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré I); Luiz Garcia Maldonado (Conselheiro Mov. Populares/CONSEHAB): Fabiana Almeida Oliveira Campos (Conselheira Mov. Populares/CONSEHAB); Maria Aparecida Pontes (Cons. Mov. Populares/Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte); Débora Sanches (Conselheira Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes SP): Luiza Naomi Iwakami (Conselheira Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes de SP): Rafael Conde Macedo (Conselheiro Soc. Civil/PUC -SP); Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/IAB-SP); Alexandre Marques Tirelli (Conselheiro Soc. Civil/SCIESP); Erildo Xavier Feigel (Cons. Sociedade Civil/SCIESP); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Flávio Tadeu Adriano Niel (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC): Cristiano Goldstein (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Abelardo Campov Diaz (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP): Hamilton de França Leite Júnior (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP); Maria Isabel Nobre de Sousa Cabral (Conselheira Soc. Civil/ PEABIRU); Rafael Borges Pereira (Conselheiro Sociedade Civil/PEABIRU); Flávio Higuchi Hirao (Cons. Sociedade Civil/ USINA): Talita Alana Barbosa (Conselheira Soc. Civil/USINA): Flávio Carvalheiro (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB): Renato Roberto Ribeiro (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB): Luciana Bedeschi (Conselheira Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Maria dos Anjos B. dos Santos (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Dir. Humanos); Margareth Matiko Uemura (Cons. Soc. Civil/Instituto Pólis); Ariovaldo Lopes de Souza (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Reinaldo Martines Ruiz (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP) e Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB). Ausências justificadas do (a) Conselheiro (a): Júlia Azevedo Moretti (Conselheira Soc. Civil/Belas Artes SP) e Élcio Sigolo (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP). Presentes os convidados (as): Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB/SECMH); José Eduardo Vilella (COHAB-SP); André Tavares Ferraz e Vera Lúcia Silveira Rosa de Barros (SEHAB). Pauta da Reunião: 1) Aprovação da Ata da 11ª Reunião Ordinária do CMH realizada em 24/03/2016: 2) Solicitação de Voto CMH nº28/2016 - Aprovação de Complementação do Plano de Aplicação de Recursos Para o Fundo Municipal de Habitação de 2016 no valor de R\$10.000.000,00, valor esse que integra o orçamento municipal vigente, e será destinado à reforma e requalificação dos empreendimentos do Programa de Locação Social

cos" - Dr. André Tavares Ferraz; 4) Apresentação da Revisão do Plano Municipal de Habitação - Conselheira Taís Jamra Tsukumo: 5) Apresentação do Plano de Investimentos de Habitação de 2016 por fonte de Recursos (FMH, FUNDURB. SEHAB, COHAB-SP, Operações Urbanas) - Conselheira Denise Lopes de Souza; 6) Outros assuntos: 6.1) Informe sobre a situação da desapropriação do imóvel localizado à R. Mauá, 342, Distrito República, Subprefeitura Sé - Conselheiro Celso Aparecido Sampaio. O Sr. Mário dá início aos trabalhos. Sr. Mário - Boa tarde a todos. Vamos iniciar a 12ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação. Agradecemos a presenca de todos e agradecemos, inclusive, a todos os membros do CMH, a todos os participantes do processo eleitoral, que foi muito positivo, no final de semana. Então, hoje a Casa está cheia. O primeiro item da pauta é aprovação da ata da 11ª Reunião Ordinária do CMH, realizada em 24 de março de 2016. Os membros do Conselho receberam a ata e gostaríamos de consultar se há algum membro do Conselho que queira aditar, mudar alguma questão na ata, ou se podemos considerá-la como espelho da reunião, do que aconteceu. (Pausa) Não havendo nenhum aditivo, nenhuma mudança, gostaria de consultar o Plenário se podemos considerar a ata aprovada. (Pausa) Aprovada a ata da 11ª Reunião. Antes de irmos ao Item 2, passo a palavra ao Secretário João Sette Whitaker, para fazer um breve agradecimento sobre o processo eleitoral. Sr. João - Boa tarde a todos. É um prazer estar agui de novo para mais uma reunião. Só gueria fazer uma rápida fala parabenizando a Ana, que está aqui, toda a equipe da COHAB, toda a equipe de funcionários, todos os voluntários, e toda a equipe da PRODAM, com relação à eleição do CMH, que ocorreu no último domingo, e que ocor reu de maneira absolutamente tranquila, muito bem realizada, com empolgação de todo mundo. Tem gente que estava achando que a participação, acho que de vinte e seis mil votantes, foi pequena em relação ao Conselho passado, mas a nossa avaliação é que primeiramente no Conselho passado fazia muito tempo que não havia eleição, tinha existido um tensionamento e, talvez, tenha sido um acontecimento mais especial. E, depois, no atual contexto político brasileiro, eu estava achando que não iriam quinze pessoas votar. Então, vinte e seis mil, acho que está dentro do contexto geral do domingo passado. E até que foi um resultado bem legal. Alquém me contou que o nosso querido Dito tem uma apresentação sobre isso. Está extra pauta, mas acho importante, porque ele tem as informações sobre a eleição. Ele é da Comissão Eleitoral e irá apresentar para nós. Obrigado, Dito. Sr. Dito - Boa tarde a todos e a todas. Queria também fazer uma saudação a todos os companheiros e companheiras das três chapas - agora não existe mais chapa; existe agora Conselho Municipal de Habitação - que foram eleitos e eleitas para esse próximo mandato do Conselho Municipal de Habitação, para os próximos dois anos. E também dizer aos companheiros e companheiras, a todo mundo que se despede deste mandato também, que saímos também com a sensação de que nosso dever foi cumprido. Nós e todos os conselheiros e conselheiras que aqui estiveram e participaram de diversas outras atividades relacionadas às atividades do Conselho tentamos cumprir da melhor forma possível o mandato que nos foi delegado nesses dois anos, para exercer agui a frente do Conselho Municipal de Habitação. Então, desejamos aos conselheiros novas e às conselheiras muito sucesso e muito trabalho na próxima etapa do Conselho Municipal de Habitação. Quero agradecer a Ana, que elaborou essa apresentação. E quero pedir que depois ela mande para todos, porque está bem bacana, bem legal. Os senhores sabem que essa eleição foi feita, que conseguimos, a partir de uma pactuação com todos os movimentos, amarrar o processo eleitoral pelas zonas eleitorais, combinando votação em subprefeituras e escolas, mais próximas possível de onde estão os movimentos que participam do processo eleitoral e das comunidades que participam desse processo na cidade toda. Antes fazíamos eleição votando nos 16 conselheiros e, depois, percebemos que isso era muito complicado. Como a eleição do Conselho Tutelar, às vezes, dava muito problema. E aí decidimos, através de uma pactuação dos movimentos também, fazer a eleição por chapa e a prefeitura concordou com esse processo. Ele tem dado muito certo Então, nessa eleição havia três chapas concorrentes. Houve um intenso trabalho da Comissão Eleitoral que avaliou e depois selecionou e aprovou essas três chapas; referendou essas três chapas para a eleição do Conselho Municipal. Vamos apresentar os resultados da eleição do CMH, ocorrida no último domingo.. A Chapa 101 teve 67.24% dos votos válidos e. em relação aos votos totais, 64% dos votos. A Chapa 202 teve 15,72% dos votos válidos e 14,97% em relação aos votos totais. E a Chapa 303 teve 17,4% dos votos e 16,23% em relação à votação total. Sra. Ana Maria - A Chapa 101 teve quinze mil, setecentos e noventa e três votos. A Chapa 202 teve três mil. seiscentos e noventa e três. A Chapa 303 teve quatro mil e três votos. Os brancos, cento e treze. Os nulos, mil e sessenta e um. Os votos totais, vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e três eleitores. Descontando os votos brancos e nulos, tivemos de votos válidos, vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e nove. Sr. Dito – E seguimos um decreto municipal e uma legislação municipal, aprovada pelo Prefeito Haddad, que define hoje que todos os conselhos municipais, nos espaços de participação da prefeitura, obrigatoriamente, têm que ter 50% da representação de mulheres nas chapas, na titularidade. Agui os eleitos e eleitas: a Marisa, a primeira eleita. O suplente é o Everaldo. A Antônia, da Frente de Luta, e a suplente é a Simone. Da Zona Oeste, a Mônica, O suplente é o Zeguinha, Da Associação do Jardim Ipanema, a Geni, e a suplente dela é a Evanilda. Da Sudeste, está aí a Maria, que foi minha suplente, participou o tempo inteiro do processo e agora será a titular. E a Maria dos Santos Almeida, da Região Sudeste. Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste, a Ana e Adriana, A Zona Oeste tem quatro representantes no Conselho. Associação do Movimento de Moradia em Defesa dos Direitos Sociais, Edinalva, que é do MMPT. E o Péricles é o suplente, Associação do Parque Otero, que é o Seu Nestor. E a Uranide, que, na verdade é a Nani. E no Movimento em Defesa do Favelado, é o Manezinho, e a suplente é a Genilda, da Favela da Vila Prudente. Depois vem o representante da MDM, que é a Nilda. Edenilda é a Nilda. A suplente é a Maria. Associação de Defesa e Orientação do Consumidor Contribuinte, o João Bosco e a Adriana. Do Fórum dos Mutirões de São Paulo, uma entidade antiga em São Paulo, é a Marisete, que todo mundo conhece, e a Jéssica. O Fórum de Cortiços e Sem Teto de São Paulo, a Verônica Kroll e o Rogevaldo, em quarto lugar. E o Movimento Popular 100% Compromisso, o Rosalvo é o primeiro e o segundo é o Vicente, o suplente. A Silvana e o Alex A Ana Maria e o Antônio. A nossa Chapa 101 tinha nove inscritos, só que, pela proporcionalidade dos votos, elegemos onze. Mas, como o Conselho precisa ser completado com os representantes, foram eleitas mais duas pessoas, entre elas a Verônica, que era a quarta e entrou, e outro companheiro. Sr. Mário - Obrigado, Dito. Agradecemos os participantes, todos os organizadores. Passamos ao Item 2. Solicitação de Voto nº 28/2016 - Aprovação de complemen-

tação do Plano de Aplicação de Recursos para o Fundo Municipal de Habitação de 2016, no valor de R\$10 milhões, va lor esse que integra o orçamento municipal vigente e será destinado à reforma e requalificação dos empreendimentos do Programa de Locação Social para 2016. O Eduardo Vilella irá fazer a apresentação. (O Sr. Eduardo Vilella e o Sr. Celso Sampaio fazem a apresentação da Solicitação de Voto CMH nº28/2016). Sr. Dito - Temos acordo com os recursos para melhoria. Mas há reivindicações sistemáticas na gestão de processos que estão parados, de situações que não estão andando ou andando com muita dificuldade, sob muita pressão do Movimento, às vezes, e não há recurso do Fundo Municipal para viabilizar. E ficamos meio surpresos guando o dinheiro aparece. Há quanto tempo os movimentos estão lutando para viabilizar a compra do prédio da São João? Como está parado o Diogo Pires, um empreendimento daquele ta manho, com o pessoal no Bolsa Aluguel? Precisamos ver o que ainda há de recursos e definir algumas prioridades. Estamos numa luta também para viabilizar o Maria Domitila. outras prioridades, e não conseguimos. O recurso do Unidos Venceremos, que está esperando há dois anos. Há uma resolução aprovada. São R\$500 mil e não conseguimos viabilizar. É evidente que ficamos um pouco chateados porque quere mos ver os prédios da Locação Social reformados porque é reivindicação também do Movimento, mas também pensa mos que não há dinheiro para fazer os outros empreendi mentos que também estamos reivindicando. Sra. Felícia Na Chácara do Conde, existem oitenta e quatro unidades que se iniciaram em 2011 para 2012. Houve ameaças de ocupações por outros grupos não organizados e acabamos entrando lá em julho deste ano para preservarmos e para não ser depredado. E vimos discutindo com o pessoal da Secretaria de Habitação desde o dia 20 de julho de 2015. Aí abriram uma licitação e ganhou uma construtora, a Joffer, no dia 11 de abril de 2016. Vieram, então, aqui para poder saber guando é que se retomaria a construção, para poder finalizar essas obras, e não há recursos para terminar essas obras. Já estive aqui também conversando. E aí de repente vemos que há recurso do Fundo. São R\$3,5 milhões para conclusão da obra da Chácara do Conde. Sr. Sidnei- O conceito do Locação Social hoje não condiz mais com a realidade do que é a resolução hoje. Por exemplo, dentro da resolução, há um item que fala que, no máximo, as pessoas têm que estar morando guarenta e oito meses; que, após melhorarem sua vida financeira, toda a sua vida, têm uma grande possibilidade de irem para seu definitivo. E hoje vemos, no . Asdrúbal do Nascimento, Senador Feijó, Parque do Gato, pessoas há dez, doze anos lá. Acredito que talvez precisemos melhorar o conceito de quem vai habitar lá dentro também. É louvável reformar esses parques, mas é preciso ter manutenção e uma associação que de verdade cuide daguilo. Precisamos pensar como vamos aplicar esse recurso para me lhorias e como vamos permanecer com ele lá em bom estado. Temos que rever a resolução, rever o conceito de Locação Social. Sr. Geraldo - O dinheiro não apareceu. Ele es tava lá, destinado para determinadas situações e estamos fazendo uma estratégia de negociação e realinhamento dos recursos, de acordo com a própria política de Locação Social. Estamos fazendo a discussão com os proprietários, renego ciando vários processos de desapropriação e dentro dessa renegociação, acreditamos também que vamos conseguir, inclusive, resolver as duas situações que o Dito comentou, que são pendências históricas. Como vamos começar a imple mentar novas situações, novos programas e novos projetos, sem cuidar e sem resolver um passivo, um problema que existe num parque edificado, de mil unidades habitacionais que são da cidade, do Poder Público? Não adianta também só pensarmos em produzir coisas novas e não recuperar o que temos, tanto do ponto de vista físico quanto do ponto de vista social. Concordo com o Sidnei, que temos que rever o programa, rever conceito, rever normatização. Esse esforço foi para garantir os compromissos anteriores e, também, re solver situações que são emergenciais. Deliberamos ontem na Diretoria da COHAB, a criação de uma Gerência de Locação Social, para cuidar não só do ponto de vista físico, mas também do ponto de vista da relação e da operação desses empreendimentos. Realmente, há gente que vive lá, muita gente, que não são os beneficiários originais. Estamos montando uma estratégia agora, em cima desse processo. O trabalho que vamos começar a fazer agora é justamente o le vantamento, o diagnóstico da situação que há dentro dos espaços. Sr. João - Precisa ficar bem claro que o dinheiro público tem origens diferentes, tem destinações diferentes e tem comprometimentos diferentes. Muitas vezes, o que gostaríamos de fazer para uma determinada coisa, não podemos fazer com determinado dinheiro, porque há lei, porque todas as regulamentações existentes nos obrigam a seguir algumas regras. Em relação a isso, é muito diferente, por exemplo, a COHAB usar o dinheiro para comprar um prédio, para fazer uma desapropriação, e usar para fazer manutencão. Quando o Geraldo assume uma COHAR, que tem um parque de propriedade própria e que não está mantido e que pode gerar acidentes, problemas de manutenção, etc., ele tem uma responsabilidade pública e criminal sobre isso. Então, é uma obrigação do gestor público. Sr. Mário - Em rela ção à Chácara do Conde, era um projeto com recursos do PAC. Na verdade, estamos com vários empreendimentos em que existiam recursos do Governo Federal, através do PAC, e estamos tendo que remaneiar recursos para conseguir dar continuidade àquela agenda de investimentos. E também o CDHU. Há uma série de investimentos em que não será possível o desembolso como estava previsto anteriormente no cronograma. E a prefeitura também tem suas limitações financeiras. Então, a partir disso, fizemos um remanejamento de recursos e priorizamos obras que temos condições de finalizar e dar andamento para não ter, na verdade, várias frentes de obras, onde não conseguimos nem finalizar unida de e nem dar conta de ter o avanço necessário na obra para atender, realmente, a demanda. E essa é a abordagem tam bém em relação ao Diogo Pires. Estávamos com dois contratos parados: Diogo Pires e Ponte dos Remédios, Retomamos o Ponte dos Remédios, que estava mais liberado. Diogo Pires iá tinha uma ocupação no entorno e essa noite tivemos a surpresa, mas já estamos monitorando para reintegrar o edifício. E lá temos uma ideia de deixarmos, pelo menos aquele acesso aberto, para poder não interferir na retomada da obra. Estamos fazendo o remanejamento FMSAI e FUN-DURB e, dentro desse remanejamento, priorizando as obras que temos condições de hoje dar continuidade e fazer entregas. Isso, também estamos dialogando com o CDHU e também com a Caixa Econômica. E garantir o Aporte Paulistano porque no ano passado tínhamos uma previsão do recurso e. depois, não aconteceu. Agora, este ano, na virada do ano, tivemos várias assinaturas de contratos e tivemos que aportar recursos. Também o mesmo diálogo com a União e com o Governo Estadual, que ainda não assinou o convênio com a União. Tanto o Diogo Pires guanto a Chácara do Conde estão no nosso radar e estamos vendo como vamos enfrentar essa conjuntura. (É aprovada a Solicitação de Voto CMH n°28/2016 por unanimidade) Sr. Mário - Item 3. (O Sr. André

Tavares Ferraz faz a apresentação sobre "O Processo Decisório e Orcamentário no CMH: Aspectos Jurídicos.") Sr. Mário - Temos a ideia de fazer um processo de discussão do orcamento agui. A apresentação do Sr. André dialoga muito com essa perspectiva de democratizar o orçamento, a discussão, o processo de planejamento. Sr. Dito - Precisaríamos fazer um processo de formação dos novos conselheiros, antes de sua posse. Acho que seria importante aproveitarmos essa apresentação para fazermos um debate. Sr. Sidnei - Sugiro agendar com alguém da Secretaria de Finanças também, para estar nessa formação. Queria que o Sr. André pudesse fazer, um dia, uma pesquisa do Conselho Estadual e comparar com a do Municipal. Sr. João - Tínhamos a intenção de discutir o orçamento do ano que vem aqui. Outro aspecto também é sempre lembrar que o Conselho tem a obrigação de discutir, tendo uma visão ampla do orçamento, mas ele discute e delibera sobre uma pequena parte, que é o Fundo Municipal de Habitação. Mas, há outras fontes que compõem o orcamento geral da habitação. Precisamos agui fazer um exercício de ir para o geral e, depois, sabermos o que deliberamos aqui como parte de uma estratégia mais ampla. Sr. Mário - Item 4. Apresentação da revisão do Plano Municipal de Habitação. Sr. João - Tínhamos uma alternativa que era fazer um projeto de lei até o início do período eleitoral, ou seja, fazer o Plano Municipal de Habitação para enviar à câmara até o dia 1º de julho, mais ou menos. Achamos, numa conversa com o prefeito, que isso não seria possível e nem adequado. Não teríamos, em quatro, cinco meses, como fazer um Plano de Habitação sério, comprometido, fazer processo participativo, mandar à câmara, como um projeto de lei. E mudamos um pouco nossa estratégia. Como estamos em ano eleitoral, achamos que seria mais interessante aproveitar para fazer, até a data limite em que podemos apresentar esse tipo de plano, uma proposta de revisão do Plano Municipal, um caderno de discussão. Vamos apresentar à cidade um caderno de discussão ainda, vamos dizer, na forma de um caderno de diretrizes, porque a elaboração do Plano Municipal vai entrar em inúmeros detalhes, que depois precisam ser especificados, analisados, testados e que demoram muito. (O Sr. João faz a apresentação do Plano Municipal de Habitação) Sr. Dito - Pena que vivemos uma década perdida na habitação em São Paulo. Tenho uma leve discordância quando se fala que o problema do nosso passivo habitacional é de quase trinta mil famílias no Bolsa Aluquel e é em função das emergências. Para mim, não é. Foi um erro da política habitacional passada, que levou ao caos que temos hoje na cidade. Sr. João - Na prática ele é e é preciso resolver. Sr. Dito - E a segunda questão foi o erro do Prefeito Haddad porque essa apresentação não era para ser agora, faltando seis meses para terminar o governo. Isso era para acontecer três anos atrás. Não tivemos de fato nesses três anos uma política habitacional na cidade. Por isso estou somando os períodos para dizer que vivemos uma década perdida na habitação, na cidade de São Paulo, o que leva ao desastre da política habitacional ao longo desses anos e a toda essa situação que estamos vivendo. Foi bom acolher a diretriz do Programa de Moradia Social como parte da estratégia da política. Mas acho que faltam aqui algumas coisas, que queria sugerir para complementar e para entrar no caderno de diretrizes, se fosse possível, para podemos construir uma boa pactuação política. A questão da política de mediação de conflito: a Secretaria de Habitação de São Paulo não pode não incorporar o tema dos despejos e das remoções como parte da política de enfrentamento, inclusive, dentro da agenda dos Direitos Humanos. E a outra diretriz é a diretriz do fortalecimento da autogestão e das cooperativas habitacionais, considerando que essa gestão, como último suspiro dela, arranjou, vamos dizer assim, uma política de terras importante para que pudéssemos avançar em nossa agenda da política de autogestão na cidade. Acho que ela tem que entrar como parte estratégica do eixo da política porque o fortalecimento das cooperativas e dos processos de autogestão tem que ser o centro do fortalecimento do processo de pactuação com os movimentos sociais na cidade. Sabemos que ficamos três anos dependentes dos recursos federais. Houve uma crise política no país, o Programa Minha Casa Minha Vida atrasou e agora, nessa nova conjuntura, os cortes e a revogação do Programa Minha Casa Minha Vida, como vimos. Por isso é importante termos uma política própria. E que haja uma discussão para o fortalecimento da integração com as políticas estaduais e federais; é importante trazer esse debate também para o caderno de diretrizes. Sr. Sidnei Na gestão passada, que houve agui do Partido dos Trabalhadores, havia um programa de atuação em corticos do Governo do Estado, que era o Habi-Centro. O Movimento selecionava e controlava, através das reuniões, a participação daqueles moradores e cruzava com o programa de atuação em corticos do Estado. O Estado, com uma parceria com o BID, fornecia o recurso, e a prefeitura fazia o papel de notificar o proprietário, notificar se ele ja ter outros fins na casa. se ia derrubar, se ia arrumar. E isso deu muito resultado. Conseguimos produzir, inclusive, em áreas no próprio cortico. que indicávamos. Então, precisamos ver qual é o tipo de linha em que vamos atuar também, em cima da questão dos cortiços. Acho que é imprescindível ter a participação dos movimentos dentro das locações. Já está notório que na Vila dos Idosos e no Senador Feijó, onde há os movimentos que atuam, quase não existem problemas de ordem financeira, de débito, ou problemas mesmo de ordem da casa. Sr. João - A política do Minha Casa Minha Vida continua firme e forte, mas estamos ampliando o leque. Quando estamos falando de serviço de moradia social para atender o emergencial, colocamos remoção por obra, remoção por área de risco, mas, sobretudo, remoção por obra nossa, que às vezes não é considerada emergencial, e consideramos como emergencial, porque nós criamos a emergência. Entra na lógica do servico de moradia social. O Dito falou de algumas coisas que foram pensadas. Estamos pensando várias ações de apoio aos programas, assistência técnica, prevenção e mediação de conflitos fundiários, que também estamos fazendo, e requalificação de edifícios no centro. Então, há uma série de ações de apoio, que não são programas, mas são ações que permitem qualificar esses programas. E estamos associando tudo isso também às políticas dentro do Plano Diretor e às políticas estaduais. Estamos associando aos programas federais, ao PDUI, ao próprio Plano Diretor, aos Planos Regionais, àquelas intervenções, AEU, que são as Áreas de Estruturação Urbana, que temos. Estamos associando isso a outras instâncias que o Plano Diretor coloca. Para terminar, sobre o que o Sidnei disse, concordo com todas as preocupações, que fazem parte de nossas preocupações também, em relação ao Locação Social. Na hora de estruturamos o Locação Social, a gestão do Locação Social, tem que existir um misto de coisas. Tem que ser responsabilidade do proprietário, que é a COHAB, e por isso a COHAB já criou uma Gerência de Locação Social. Essa gerência está criando os mecanismos para trabalhar porque já sabemos que quando fazemos isso em parceira, sobretudo, no Locação Social, com os movimentos, temos uma resposta muito melhor na questão da gestão. Neste Conselho, já abrimos várias discussões sempre cha-



para 2016 - Conselheiro Celso Aparecido Sampaio; 3) "O

Processo Decisório e Orcamentário no CMH: Aspectos Jurídi-